

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA: IMPACTOS DA EXTINÇÃO DO PNBE
NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE LEITORES**

Leicijane da Silva Barros (UFT)

leicijane@hotmail.com

Janete da Silva dos Santos (UFT)

janetesantos@uft.edu.br

RESUMO

O objetivo desse estudo é discutir os impactos da extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à formação de leitores, através da análise das contribuições do Programa Nacional Biblioteca da Escola para a execução de um dos maiores programas de alfabetização implantados no Brasil, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva, com abordagem qualitativa, em que são analisados documentos oficiais do Ministério da Educação e obras de autores que abordam a temática, como Cinara Dias Custódio (2000), Isabel Cristina Gomes Soares (2002) e Regina Zilberman (2017). As reflexões apresentadas nessa pesquisa apontam para um quadro de retrocesso e incerteza quanto ao futuro das políticas públicas de valorização e incentivo à leitura, responsáveis por promover a leitura literária como instrumento de ampliação de conhecimentos e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas entre os educadores.

Palavras-chave:

PNAIC. PNBE. Políticas públicas de formação de leitores.

ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the impacts of the extinction of the National School Library Program (PNBE) in the development of public policies to encourage readers' education, by analyzing the contributions of NSLP to the execution of one of the largest literacy programs implemented in Brazil. Brazil, the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC). This is a documentary, descriptive research with a qualitative approach, which analyzes official documents from the Ministry of Education and works by authors that address the theme, such as Cinara Dias Custódio (2000), Isabel Cristina Gomes Soares (2002) and Regina Zilberman (2017). The reflections presented in this research point to a setback and uncertainty about the future of public policies of valorization and encouragement of reading, responsible for promoting literary reading as an instrument of knowledge expansion and improvement of pedagogical practices among educators.

Keywords:

PNAIC. PNBE. Public Policies of Readers Formation.

1. Introdução

A leitura é um processo de apreensão e/ou de compreensão de informações disponíveis no nosso cotidiano nos mais variados suportes textuais. Todavia, ler é uma atividade que vai além da codificação e decodificação de palavras, representa um mecanismo de interação com o mundo e com as pessoas que nele vivem.

Desse modo, é imprescindível que adotemos práticas que promovam a inserção da criança, do jovem e do adulto, no universo da leitura. O que implica, todavia, no investimento em políticas públicas educacionais voltadas para a democratização do acesso à cultura letrada e incentivo de adoção de práticas leitoras entre alunos e educadores.

Sob essa perspectiva, e considerando o baixo rendimento no desenvolvimento de habilidades leitoras, aferido através de avaliações externas, em especial nas turmas do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano), o Governo Federal tem investido em políticas públicas voltadas para essa etapa escolar, promovendo, não apenas a distribuição de acervos literários para as escolas públicas brasileiras, mas também, a qualificação docente através de programas de formação continuada.

Devido a isso, alguns programas têm sido implantados com intuito de reverter tal quadro. Dentre eles, temos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012, de abrangência nacional e que mantém uma estreita relação com a literatura, por meio dos acervos recebidos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Todavia, com a extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola, em julho de 2017, cria-se um clima de incerteza quanto aos rumos das políticas públicas nacionais de incentivo à leitura no país e, nesse contexto, o presente estudo busca discutir os impactos da extinção desse programa no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à formação de leitores, através da análise de suas contribuições para a execução de um dos maiores programas de alfabetização implantados no Brasil, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, visto que o Programa Nacional Biblioteca da Escola era responsável pela distribuição da maior parte dos acervos literários que integram o Pacto, bem como contribuía para o fortalecimento de uma política de formação de leitores em muitos municípios brasileiros, especialmente em Araguaína (TO), foco desse estudo.

Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e de abordagem qualitativa, em que são analisados documentos oficiais do Ministério da Educação e obras de pesquisadores que abordam a temática, como Cinara Dias Custódio (2000), Isabel Cristina Gomes Soares (2002) e Regina Zilberman (2017).

A relevância deste trabalho reside em reflexões acerca das políticas públicas voltadas para o incentivo da leitura no Brasil, tanto de alunos quanto de professores, e as consequências da extinção de programas dessa natureza, para o desenvolvimento de outros programas a eles vinculados, assim como os prejuízos para a construção de uma política nacional de formação de leitores.

2. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): um compromisso com a alfabetização e a formação de leitores*

Garantir a alfabetização plena dos estudantes é, sem dúvida, um dos maiores desafios da educação brasileira atualmente. De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), atinge o nível pleno de alfabetismo quem é capaz de ler e interpretar textos mais longos, analisar e relacionar suas partes, realizar inferências e sínteses, além de resolver problemas que exigem maior planejamento e controle (INSTITUTO; ONG, 2011).

Nesse cenário, os anos iniciais do ensino fundamental constituem uma importante etapa da vida escolar, visto que é nessa fase que ocorre a apropriação e o desenvolvimento de habilidades linguísticas e matemáticas que servirão de base para toda a trajetória acadêmica. Em função disso, nas últimas décadas, o Governo Federal tem investido em políticas públicas voltadas para esse segmento, com o intuito de reverter os resultados insatisfatórios observados nas avaliações externas, que apontam baixos níveis de leitura e escrita dos estudantes, os quais perduram e se agravam nos anos subsequentes.

Sob essa perspectiva, em 2012 é lançado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, “um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade” (BRASIL, 2012b, p. 11). Tal compromisso já havia sido firmado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece em sua Meta 5 a

obrigatoriedade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2014a).

Instituído pela Portaria nº 867 de 04 de junho de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é ancorado em um conjunto de ações que promovem a integração entre outros programas, como o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). As ações do Pacto se norteiam a partir de quatro eixos: “formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; avaliação; e gestão, controle e mobilização social” (BRASIL, 2012a, p. 23).

Inicialmente, o público-alvo do programa eram apenas os professores alfabetizadores que atuavam nas turmas de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental e em classes multisseriadas. A partir de 2016, os coordenadores pedagógicos que acompanham as referidas turmas passaram a integrar o programa e, na edição 2017/2018, as turmas de educação infantil também foram inseridas no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, bem como os articuladores e mediadores do Programa Novo Mais Educação (PNME).

O primeiro eixo do programa, a formação continuada dos professores, foi planejado, a princípio, para um período de dois anos de duração, com carga horária anual de 120 horas e com encontros presenciais conduzidos por orientadores de estudo, professores efetivos das redes de ensino. Em 2013, a ênfase foi em linguagem e, em 2014, em matemática.

Com a continuidade do programa, em 2015 os estudos foram direcionados para uma perspectiva interdisciplinar; e, em 2016/2017, o foco foi a gestão do programa, com debates voltados para o planejamento e gestão de sala de aula. Para atender as demandas surgidas no último ciclo de execução do programa, foi proposta a criação do Grupo de Trabalho em Alfabetização e Letramento (GTAL) nas escolas públicas do estado do Tocantins que atendem às turmas de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental.

O Grupo de Trabalho em Alfabetização e Letramento é composto pelo gestor da unidade escolar, coordenador pedagógico, professores alfabetizadores, representante de pais, orientador de estudos, coordenador local e coordenador regional do programa. A criação de tais grupos de trabalho visa à “discussão, socialização, avaliação, pesquisa, planejamento e execução de ações com foco na consolidação da Alfabetização e

Letramento na Idade Certa” (UFT, 2016). Em 2018, a recomendação é que os grupos de trabalho criados em 2017 fossem mantidos, realizando-se apenas a reestruturação de seus membros, quando necessário, bem como se orientou a criação do Grupo de Trabalho em Alfabetização e Letramento nas instituições que ainda não o possuíam.

Outro ponto a ser ressaltado é que, entre os anos de 2013 e 2017, o Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), concedeu bolsas de apoio para incentivar a participação de todos os atores do programa nas atividades de formação. Contudo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa 2018 não prevê o pagamento de bolsas aos professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos, apenas aos demais participantes.

O segundo eixo do programa (Materiais Didáticos e Pedagógicos) é constituído por um conjunto de materiais exclusivos para a alfabetização e compreende:

[...] livros didáticos (entregues pelo PNLD) e respectivos manuais do professor; obras pedagógicas complementares aos livros didáticos e acervos de dicionários de língua portuguesa (também distribuídos pelo PNLD); jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa (entregues pelo PNBE); obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização; além de novos conteúdos para alfabetização, distribuídos para todas as classes do ciclo de alfabetização. (BRASIL, 2017)

Em 2014, foram distribuídas, nas escolas públicas de todo o país, obras literárias, de apoio pedagógico, jogos, dicionários e tecnologias educacionais voltadas para a alfabetização. A entrega do material é feita de modo a contemplar todas as turmas de alfabetização, promovendo maior acessibilidade aos educadores e estudantes.

A *avaliação* é o terceiro eixo do programa e compreende instrumentos avaliativos processuais debatidos durante os encontros de formação, que englobam desde atividades realizadas pelos professores alfabetizadores em sala de aula junto aos estudantes, de forma contínua e sistemática, até a aplicação de avaliações externas, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Criada em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização é uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa (leitura e escrita) e matemática dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas e gera três resultados: desempenho em leitura, desempenho em matemática e

desempenho em escrita (BRASIL, 2013).

Em sua proposta inicial, a Avaliação Nacional da Alfabetização seria realizada anualmente. Contudo, sob alegação pedagógica e não financeira, como chegou a ser noticiado em mídias nacionais, em 2015, a prova não foi aplicada.

A avaliação afere também informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola. A Avaliação Nacional da Alfabetização é censitária, ou seja, é aplicada a todos os alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental. Desde a instituição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa houve a previsão de aplicação desta avaliação, com vistas à implementação de medidas e políticas corretivas pelas redes de ensino de todo país.

Controle social e mobilização, quarto eixo do programa, objetiva incentivar o diálogo e a colaboração entre os entes públicos e garantir que as atividades formativas cheguem à sala de aula, respeitando-se as necessidades dos alunos de toda a rede de ensino (BRASIL, 2012b).

Objetivando acompanhar e monitorar as ações de formação do programa, o Ministério da Educação desenvolveu um módulo no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), o SISPACTO. Esse módulo tem se configurado em uma importante ferramenta tecnológica, utilizado desde o início do programa em 2013 e atualizado a cada ano, a fim de acompanhar as mudanças ocorridas no decorrer de sua execução. O sistema permite que professores e coordenadores informem dados acerca das turmas de alfabetização, permitindo o acompanhamento das habilidades já desenvolvidas, em desenvolvimento e não desenvolvidas pelos alunos.

Pela experiência adquirida, por uma das autoras deste artigo, como orientadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa desde 2013, a crítica que fazemos ao SISPACTO é que o programa implanta atividades a serem realizadas, de forma *on-line*, pelos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, orientadores de estudos e coordenação local, sem, contudo, considerar as regiões mais longínquas, especialmente onde funcionam as escolas do campo, cujo acesso às tecnologias é bastante limitado e, em muitos casos, inexistente.

Desse modo, as dificuldades, limitações ou ausência de internet em alguns lugares onde instituições de ensino estão situadas, por exemplo, têm resultado no preenchimento de informações por terceiros,

que nem sempre o fazem de maneira fidedigna, o que, em larga escala, poderá gerar dados que não condizem com a realidade de muitas turmas de alfabetização do país.

Após discorrermos acerca da estrutura e funcionamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, dedicamos o tópico a seguir para apresentarmos um breve histórico dos programas nacionais de incentivo à leitura, visto que o mais recente deles integra o segundo eixo do pacto (Materiais Didáticos e Pedagógicos), o Programa Nacional Biblioteca da Escola, a fim de que entendamos o seu surgimento no contexto educacional brasileiro, bem como as suas contribuições para a formação de leitores e possíveis prejuízos resultantes de sua extinção.

3. Programas nacionais de incentivo à leitura: breve histórico

A preocupação com o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita tem sido foco de políticas públicas educacionais nas últimas décadas, pois na atual sociedade em que vivemos, onde as práticas de leitura e escrita são constantes, é imprescindível que crianças e jovens dominem essas habilidades com fluidez.

Por conta disso, principalmente no que tange à leitura, o Governo Federal tem investido na criação de programas que busquem a democratização do acesso à cultura letrada e incentivem a leitura entre alunos e professores.

Sob essa perspectiva, “uma ação pública de incentivo à leitura, como parte da política educacional, tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento de sua escolarização” (BRASIL, 2008, p. 7), constituindo-se numa tentativa de mudar os alarmantes resultados observados nos instrumentos que aferem o desenvolvimento de habilidades leitoras de alunos em todo país. Tal ação representa,

[...] no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter uma tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. A instituição, pelo Ministério da Educação, de uma política de formação de leitores, é, portanto, condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores. (BRASIL, 2008, p. 7)

A despeito disso, contudo, Isabel Cristina Gomes Soares (2002, p. 13) pontua que “a prática de leitura e a formação de leitores possuem as

marcas das funções sociais atribuídas numa determinada época. O Estado, ao elaborar e formular suas políticas, faz interpretações dessas funções a partir de seus interesses e prioridades”. A exemplo disso, temos o período de transição democrática, em que surge, segundo Cinara Dias Custódio (2000, p. 72), “um discurso recorrente sobre a necessidade de busca pela democratização da leitura, bem como a formação de críticos, em contraposição ao modelo de controle ideológico imposto e vigente durante o regime militar”.

Nesse cenário, a partir da década de 1980, surgiram programas nacionais de incentivo à leitura, inaugurando-se, assim, uma nova era, pautada na distribuição de acervos literários para as escolas públicas brasileiras.

3.1. Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL)

O Programa Nacional Sala de Leitura foi criado em 1984, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e com universidades responsáveis pela capacitação dos professores. Seu trabalho era compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar as salas de leitura. Durante o período de vigência do programa – 1984 a 1987, foram distribuídos livros de literatura para os alunos e periódicos para alunos e professores (BRASIL, 2010).

3.2. PROLER

O Programa Nacional Sala de Leitura foi criado em 1984, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e com universidades responsáveis pela capacitação dos professores. Seu trabalho era compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar as salas de leitura. Durante o período de vigência do programa – 1984 a 1987, foram distribuídos livros de literatura para os alunos e periódicos para alunos e professores (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, junto ao Ministério da Cultura e tem por objetivos: “promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; estruturar uma rede de projetos capaz de

consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; e, criar condições de acesso ao livro” (BRASIL, 1992). O Programa Nacional de Incentivo à Leitura se desenvolve a partir dos seguintes mecanismos:

- I – instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores 30 por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II – dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III – consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV – provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V – promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI – utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura (BRASIL, 1992).

Em vigência até os dias atuais, foi criado pela Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, com o propósito de possibilitar à comunidade em geral, em diversos segmentos da sociedade civil, o acesso a livros e a outros materiais de leitura. O Ministério da Educação participa desse programa de forma indireta, com repasse de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

3.3. O Pró-Leitura na formação do professor

O Projeto Pró-Leitura, implantado a partir de 1992, é uma parceria entre o Ministério da Educação e o governo francês. Trata-se de uma experiência piloto, que foi se expandindo progressivamente até 1996, ano de sua extinção, e resulta de uma iniciativa conjunta da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação, em parceria com as secretarias de educação dos estados, as universidades e o Departamento de Cooperação Linguística e Educativa do Serviço Cultural da Embaixada da França em Brasília.

O programa pretendia incentivar a prática leitora na escola pela criação, organização e movimentação das salas de leitura, cantinhos de

leitura e bibliotecas escolares. Assim, com o intuito de ampliar as competências dos alunos na área do domínio da língua, o programa investia na melhoria da formação dos professores na área de aprendizagem da leitura, através de uma renovação tanto da formação inicial quanto da formação continuada, contribuindo, assim, para uma transformação não apenas teórica, mas da prática pedagógica.

O Pró-Leitura propõe, portanto, “a profissionalização dos professores, aliando pesquisa universitária, formação docente e prática pedagógica” (BRASIL, 1996, p. 3). Desse modo, articulam-se, em um mesmo programa, os três níveis de ensino: alunos e professores do Ensino Fundamental; os professores em formação (alunos-professores); e os pesquisadores. Tais grupos elaborariam, nos centros pilotos, novas estratégias de formação que pudessem servir de referência para um processo de reestruturação da formação dos professores - conteúdos, procedimentos, estruturas (BRASIL, 2010).

3.4. Programa Nacional Biblioteca do Professor

O Programa Nacional Biblioteca do Professor, criado em 1994, objetivava dar suporte para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental, através do desenvolvimento de duas linhas de ação: a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente (BRASIL, 2010). Esse programa foi extinto com a instauração do Programa Nacional Biblioteca da Escola, pela Portaria 652 de 16/09/97.

3.5. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi criado em 1997 com a finalidade de promover o acesso à cultura e incentivar a leitura de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, através da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC/SEB) e realiza o atendimento de forma universal e gratuita a todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no censo escolar. Contudo, o processo ocorre de modo alternado: nos anos pares contempla

instituições de ensino que atendem a educação infantil, o ensino fundamental (anos iniciais) e a educação de jovens e adultos; e, nos anos ímpares, beneficia as escolas de Ensino Fundamental (anos finais) e de Ensino Médio.

O programa está dividido em três eixos: o Programa Nacional Biblioteca da Escola Literário (composto por textos em prosa, em verso, livros de imagens e de história em quadrinhos), que avalia e distribui as obras literárias; o Programa Nacional Biblioteca da Escola Periódico que, por sua vez, avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico; e, o Programa Nacional Biblioteca da Escola do Professor, que com o intuito de apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica, avalia e distribui obras de caráter teórico e metodológico (BRASIL, 1997).

A distribuição dos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola é feita diretamente das editoras às escolas, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e conta com o acompanhamento de técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e das secretarias estaduais e municipais de educação. No caso das escolas localizadas nas zonas rurais, por exemplo, os acervos são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, as quais ficam incumbidas de realizar sua distribuição.

Os materiais a serem adquiridos e distribuídos às escolas públicas de educação básica, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, devem ser inscritos em editais do programa e submetidos à avaliação pedagógica e à seleção do acervo, realizadas pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em parceria com universidades públicas de todo país.

Dentre os critérios para a seleção das obras estão a qualidade do texto, adequação temática e o projeto gráfico. Os textos devem ser eticamente apropriados, não se admitindo preconceitos, moralismos e estereótipos, bem como compatíveis às faixas etárias e aos interesses dos alunos. Além da diversidade temática, os diferentes contextos socioeconômicos, culturais, ambientais e históricos que constituem a sociedade brasileira também precisam ser considerados. E, quanto ao projeto gráfico, avalia-se a adequação e expressividade nos seguintes aspectos: apresentação de capa (criativa e atraente), conforme o projeto estético-literário da obra; tipos gráficos, espaçamento e distribuição espacial adequados aos diferentes públicos-leitores; harmonia na distribuição de

texto e imagens; interação das ilustrações com o texto; utilização de papel adequado à leitura e ao manuseio pelos diversos públicos. Quanto às ilustrações e imagens, devem recorrer a diferentes linguagens, ser atrativas e enriquecedoras, ampliando as possibilidades significativas dos textos. Além disso, a ocorrência de erros de revisão e/ou de impressão pode prejudicar a avaliação da obra (BRASIL, 2010).

Ao longo de seus 20 (vinte) anos de história (1997-2017), o Programa Nacional Biblioteca da Escola passou por várias mudanças, a fim de se adequar às necessidades educacionais de cada período. Todas as inovações pelas quais passou decorreram da realização de várias pesquisas voltadas para o programa, cujos resultados promoveram melhorias em seu desenvolvimento, expandindo o seu atendimento, de modo a avançar no objetivo maior do programa, que consiste na democratização do acesso à cultura e incentivo na formação de leitores, alunos e professores, por meio da distribuição de acervos às escolas públicas de todo o Brasil.

4. *Extinção do PNBE: implicações no desenvolvimento de políticas de formação de leitores em Araguaína-TO*

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), durante os seus 20 (vinte) anos de existência, passou por diversos formatos, a fim de atender à realidade educacional vigente. Todavia, sempre manteve o seu objetivo inicial, “proporcionar aos alunos da rede pública o acesso a bens culturais que circulam socialmente, de forma a contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos leitores, favorecendo, assim, a inserção desses alunos na cultura letrada” (BRASIL, 2014b, p. 07). A esse respeito, Cláudia Leite Brandão e Renata Junqueira de Souza sinalizam que a promoção do acesso a diferentes obras literárias é necessária em qualquer fase educacional, no entanto, não podemos negar que desde o início do processo de alfabetização/letramento é imprescindível a presença dos livros para a inserção das crianças na cultura grafocêntrica (BRANDÃO; SOUZA, 2017, p. 23)

É importante ressaltar, contudo, que “apenas o acesso aos livros não garante sua apropriação, sendo de fundamental importância a mediação do professor para a formação dos leitores” (BRASIL, 2014b, p. 7). Por mediação compreende-se o processo de intervenção com fins de aproximar o leitor da obra e, nesse aspecto, a figura do professor é de fundamental importância, pois é através de seu trabalho, que o aluno

poderá extrapolar os limites do texto, levantar hipóteses, fazer antecipações, verificações e conseguir ler além do que está escrito.

Nesse cenário, os programas nacionais de formação de professores assumem papel preponderante, visto que o Governo Federal tem investido em políticas de formação, alinhadas às mudanças ocorridas no currículo nas últimas décadas, “ocasionadas pelas novas transformações econômicas, sociais e culturais no cenário mundial, pelas novas teorias da aprendizagem, teorias pós-críticas e pelas novas tecnologias” (LIRA, LIRA; RAMIRES, 2017, p. 182).

Como exemplo desses programas de formação de professores, temos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que ancorado em quatro eixos, dentro os quais destacamos a formação continuada de professores alfabetizadores e a distribuição de materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais, prevê não só o recebimento dos acervos, mas orientações metodológicas de como utilizá-los, as quais estão presentes tanto em materiais impressos quanto são repassadas durante os encontros de formação.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa pressupõe uma organização dos três primeiros anos do ensino fundamental em ciclo, configurando um processo sequencial e ininterrupto, de modo que a aprendizagem ocorra de forma progressiva, assegurando-se a inserção da criança na cultura escolar, através de um processo concomitante de alfabetização e letramento, que promova a aprendizagem da leitura e da escrita e a ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais.

Desde a implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em Araguaína (TO), em 2013, o município tem recebido diversos acervos literários para as turmas de alfabetização, enviados pelo Programa Nacional do Livro Didático PNAIC (desenvolvido para contribuir com os processos de alfabetização e letramento) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, que distribui jogos e tecnologias educacionais específicas para a alfabetização, obras de referência, de literatura e de pesquisa.

As obras selecionadas, no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola, além de serem diversificadas quanto à temática, gêneros e formatos, também se distinguem quanto ao grau de complexidade, adequando-se a cada faixa etária. Os acervos são compostos, portanto, “por obras que estimulam a leitura autônoma por parte de crianças,

jovens e adultos em processo de alfabetização ou propiciam a professores e alunos alternativas interessantes de leitura compartilhada” (BRASIL, 2014b, p. 8).

Pensando na realidade de Araguaína, um município que possui 48 (quarenta e oito) escolas, sendo 35 (trinta e cinco) situadas na zona urbana e 13 (treze) na zona rural, em que apenas cinco instituições possuem um espaço destinado à biblioteca, em grande parte, improvisado, e com um acervo bastante reduzido, é inquestionável a contribuição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para uma política local de formação de leitores, uma vez que, articulado ao Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca da Escola, contempla a distribuição dos acervos literários para cada turma de alfabetização.

Nesse cenário, a inexistência de bibliotecas escolares tem promovido a criação de cantinhos de leitura nas salas de aula, que, na maioria das vezes, possuem apenas os acervos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para constituir-lo. Além disso, como apenas as turmas de 1º, 2º e 3º ano são contempladas com essas obras, os professores das turmas de 4º e 5º ano acabam por também utilizar esses acervos, o que tem resultado em uma redução na durabilidade desses materiais.



Gráfico 1: Quantitativo de obras distribuídas pelo PNBE.
Fonte: FNDE.

Desse modo, reforça-se que os programas nacionais de incentivo à leitura são de suma relevância, uma vez que o livro, quando utilizado, efetivamente, se desgasta e precisa de reposição. A despeito disso, entre

os anos 2000 e 2014, o Programa Nacional Biblioteca da Escola distribuiu cerca de 230 milhões de exemplares de obras literárias nas escolas públicas brasileiras, conforme se observa no gráfico acima.

A partir de 2014, o Programa Nacional Biblioteca da Escola não foi mais executado e, em julho de 2017, foi extinto definitivamente, sem qualquer discussão. Instituído durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o programa foi ampliado no governo Lula (2003-2010) e continuou em parte da administração de Dilma Rousseff, até 2014, quando foi suspenso sob a justificativa de falta de recursos.

Em entrevista ao G1, em setembro de 2017, a especialista em literatura e conselheira para o Movimento por um Brasil Literário, Regina Zilberman, afirma que “o PNBE foi o principal programa de literatura já executado no país e que acabou tendo o destino de tantos outros programas governamentais de promoção do livro e da leitura, interrompidos sem qualquer explicação ou justificativa”. A pesquisadora alerta que “autores e editoras novas ficam sem oportunidade de circular em meio ao público escolar, que constitui o maior mercado da literatura em nossos dias”.

Outra preocupação resultante da extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola é que tal fato coincidiu com o surgimento de políticas públicas de valorização da literatura nas diretrizes curriculares, através da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental que incluiu a “Educação Literária” e a “Leitura” como eixos da área de linguagens. Todavia, o Ministério da Educação alega que não haverá descontinuidade das ações do Programa Nacional Biblioteca da Escola, visto que o decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017, incorpora ao Programa Nacional do Livro Didático a obrigação de “avaliação e disponibilização de obras literárias, além de acervos para bibliotecas, incluindo ações de qualificação de materiais para aquisição descentralizada pelos entes federativos” (BRASIL, 2017).

De acordo com esse decreto, o Programa Nacional do Livro Didático passará a ser chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLMD), com previsão de entrega de livros para 2018, sem incluir, contudo, a distribuição de obras literárias, previstas para que cheguem às bibliotecas só a partir de 2019.

Para Luís Antônio Torelli (2017), presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), a implantação do Programa Nacional Biblioteca da Escola foi uma grande conquista, que chegou a ser copiado por outros

países. Desse modo, o fim do programa e a indefinição sobre como o novo PNLMD vai contemplar as obras literárias são vistos com muita preocupação pelos especialistas da área.

Outro agravante é que o município de Araguaína, assim como outros, Brasil a fora, tem inaugurado várias instituições de ensino e possui várias outras a serem inauguradas, totalmente destituídas de acervos literários e sem previsão de recebê-los, em virtude da suspensão na distribuição de obras através do Programa Nacional Biblioteca da Escola e atual conjuntura de incerteza quanto aos rumos do novo Programa Nacional do Livro Didático.

Nesse sentido, a extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola poderá comprometer não apenas a continuidade da execução do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em âmbito municipal, estadual e federal, mas, sobretudo, representa um retrocesso nas políticas públicas nacionais voltadas para a formação de leitores.

5. Considerações finais

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, compromisso formal de alfabetizar todas as crianças até os 08 anos de idade, pressupõe um trabalho pautado em metodologias diferenciadas, com planejamentos sistematizados através de projetos, sequências didáticas e atividades permanentes de leitura e escrita. Tais estratégias didáticas buscam promover a apropriação e o domínio do código escrito, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para que alunos e professores possam transitar com autonomia pela cultura letrada.

Sob essa perspectiva, a relevância do programa está no fato de que, além de ter uma abrangência nacional e investir em material didático para a formação de professores, dialoga com a literatura através de sua vinculação a outros programas como o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Nacional Biblioteca da Escola, possibilitando um contato maior das crianças com o universo da leitura e contribuindo para instituição de uma política de formação de leitores, pois prevê a organização de minibibliotecas nas turmas de alfabetização e utiliza metodologias que priorizam a leitura, inserindo-a na rotina da sala de aula.

Desse modo, pode-se afirmar, através das discussões levantadas

ao longo do texto, que a extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola poderá representar um retrocesso nas políticas públicas de valorização e incentivo à leitura, uma vez que, em municípios como Araguaína, onde a grande maioria das unidades escolares é destituída de um espaço reservado ao funcionamento de bibliotecas, os acervos enviados pelo programa constituíam fonte quase exclusiva de acesso democrático à leitura.

Além disso, apesar de o Ministério da Educação apresentar a expansão e reestruturação do Programa Nacional do Livro Didático, que passou a ser chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLMD), como o possível substituto do Programa Nacional Biblioteca da Escola, especialistas da área da literatura não têm demonstrado confiança em sua efetivação e eficácia como política nacional de incentivo à leitura.

Assim, as reflexões apresentadas nesse estudo apontam para um quadro de incerteza em relação ao futuro das políticas públicas nacionais de valorização e incentivo às práticas leitoras, responsáveis não apenas por promover a leitura literária, como fonte de fruição e ressignificação do real, mas também como instrumento de ampliação de conhecimentos e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas entre os educadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Cláudia Leite; SOUZA, Renata Junqueira de. Reflexões sobre o PNLD – Alfabetização na Idade Certa (2013): Literatura nas Salas de Alfabetização. *Revista Educação em Análise*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 21-36, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/30074>>. Acesso em: 15-11-9 2017.

BRASIL. *Avaliação nacional da alfabetização (ANA)*: documento básico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacaobasica/saeb/sobre-a-ana>>. Acesso em: 22-12-2017.

_____. *Decreto n. 519, de 13 de maio de 1992*. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Brasília, maio 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D0519.htm>. Acesso em: 10-01-2018.

_____. *Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e o Material Didático. Brasília, julho 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm>. Acesso em: 29-09-2017.

_____. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, junho 2014a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-44468-pl.html>>. Acesso em: 29-09-2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor*. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Manual do Pacto: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece*: Brasília, 2012b.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: *Currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 01 / unidade 01*. Brasília: MEC/SEB, 2012c.

_____. Ministério da Educação. *PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola*: análise descritiva e crítica de uma política de formação de leitores. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnbe.pdf>>. Acesso em: 30-10-2017.

_____. Ministério da Educação. *PNBE na escola*: literatura fora da caixa / Ministério da Educação; elaborada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: MEC/SEB, 2014b.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos*; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 20-09-2017.

_____. Portaria nº 867 de 04 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes

gerais. *Diário Oficial da União*. Seção 01 – nº 129, quinta-feira, 5 de julho de 2012a, p. 22-3.

CUSTÓDIO, Cinara Dias. *Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação 1930-94*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

INSTITUTO Paulo Montenegro; ONG Ação Educativa. *INAF Brasil 2011 – Principais resultados*. São Paulo-SP: 2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRWE5UY2FiMzFhZEK/view>>. Acesso em: 05-01-2018.

LIRA, Maria Thaize dos Ramos; LIRA, Taline dos Ramos; RAMIRES, Vicentina Maria. A literatura e as políticas públicas para formação de leitores no Brasil: o caso do PNBE. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 178-88, set. de 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/download/345/pdf>>. Acesso em: 06-02-2020.

SOARES, Isabel Cristina Gomes. *Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o Proler e o Pró-Leitura (1995–2000)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

TORELLI, Luís Antonio. *Governo Federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas*. Entrevistador: Ardilhes Moreira. Entrevista concedida ao G1, em 29/09/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 30-10-2017.

ZILBERMAN, Regina. *Governo Federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas*. Entrevistador: Ardilhes Moreira. Entrevista concedida ao G1, em 29/09/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 30-10-2017.